


GP/Ofício nº 489/87
ejs.

Em 21 de outubro de 1987.

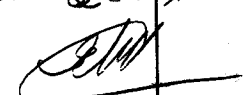
Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins Constitucionais o Projeto de Lei nº 18/87, aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão realizada no dia 20 do corrente, o qual "Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SISAL-CONSISAL/PB, o CENTRO DE PESQUISAS E TECNOLOGIA DO SISAL - CPTS, e dá outras providências".

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.


JOSE FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Dr. TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Deppachos
N E S T A /

Remetido ao Palácio
em 28.10.87




PROJETO DE LEI Nº 18/87

Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SI
SAL-CONSISAL/PB, O CENTRO DE PESQUISAS
E TECNOLOGIA DO SISAL - CPTS, e dá ou
tras providências.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual do
Sisal - CONSISAL/PB.

Parágrafo único - São órgãos do Conselho:

- I - A Presidência;
- II - O Plenário;
- III - A Secretaria Executiva, que dará o apoio
técnico-científico e administrativo ao Con
selho.

Art. 2º - O Conselho terá a sua sede na Capi
tal do Estado e reunir-se-á na Secretaria de Agricultura e Abaste
cimento, trimestralmente, em reuniões ordinárias e, extraordina
riamente, sempre que for necessário, por convocação do seu Presi
dente, ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Por convocação o seu Presi
dente, o Conselho poderá reunir-se em qualquer outro local do
Estado para discutir assuntos de relevante interesse da cultura
do sisal.

Art. 3º - Ao Conselho Estadual do Sisal- CONSI
SAL/PB, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, compete:

- I - Coordenar a política sisaleira do Estado
nos seus diversos aspectos, produção, pro
dutividade, infra-estrutura, beneficiamen-



to, comercialização e industrialização;

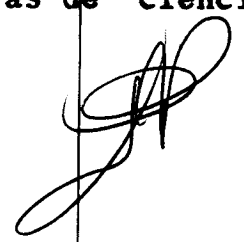
- II- Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleito do Estado;
- III- Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal no Estado;
- IV- Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura do sisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V- Criar mecanismo que ofereçam espaços com estímulos à exportação da produção da fibra, seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI- Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.
- VII- Instituir programas de incentivo à cultura do sisal no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comuns;
- I - Diagnóstico sócio-econômico da Região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito



das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;

- 2- Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externos para o sisal e seus subprodutos;
- 3- Desenvolvimento de pesquisas agrônômicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e ecônômicos;
- 4- Estímulo à criação de outros centros de demonstração e treinamento de mão-de-obra destinada ao sistema produtivo e de comercialização do sisal e seus subprodutos;
- 5- Reativação e/ou criação de cooperativas de produtores;
- 6- Colocação do Know -how no mercado interno e externo, invertendo os recursos provenientes destas ações em função do desenvolvimento da própria instituição;
- 7- O centro de pesquisas e tecnologia do sisal C.P.T.S. , deverá ser instalado na sede do Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação do programa, poderão advir de convênios firmados entre Governo do Estado e Governo Federal, e das agências financiadoras de ciência e tecnologia, nacionais e internacionais.





Art. 4º - O Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/
PB - será constituído de treze membros, a saber:

a) membros permanentes, em número de sete.

b) membros temporários, em número de dez.

1º - São membros permanentes os titulares das secretarias de estado a seguir nomeados, enquanto no exercício do cargo;

I - O Secretário de Agricultura; que será seu Presidente;

II - O Secretário do Planejamento;

III - O Secretário de Irrigação e Recursos Hídricos;

IV - O Secretário de Minas e Energias;

V - O Secretário de Serviços Sociais;

VI - O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;

VII - O Secretário das Finanças.

2º - São membros temporários, todos com mandato de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios próprios, juntamente com os respectivos suplentes.

I-- Um representante da Universidade Federal da UFPB;

II - O Presidente da EMATER - PB;

III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba- FETAG;

IV - O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;

V - O Presidente da Associação dos Produtores de Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;



VI - Um representante da Previdência Rural;

VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba;

VIII - O Presidente da FUNDAP;

IX - Um representante da EMBRAPA;

X - ~~Um representante~~ das Cooperativas da Paraíba;

3º - Os membros permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.

4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e Abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituto legal.

Art. 5º - As deliberações ou recomendações de Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compõem, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo 1º - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo 2º - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

Art. 6º - No interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.



Art. 7º - Os membros do Conselho não receberão quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada de relevante interesse para o Estado.

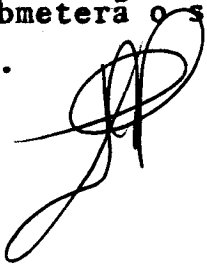
Art. 8º - O Banco do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro do Estado.

Art. 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra-estrutura social dos municípios produtores de sisal, a ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas descentralizadas.

Art. 10º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repasse ou convênios do ou com o Governo Federal para investimentos na infra-estrutura social do Estado.

Art. 11º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisas, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus derivados e subprodutos.

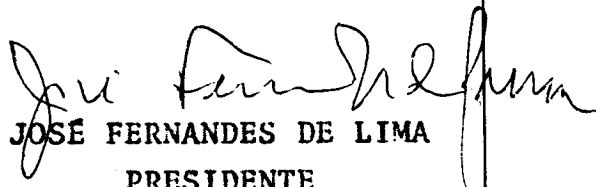
Art. 12º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno à aprovação do Governador do Estado.





Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de outubro de 1987.

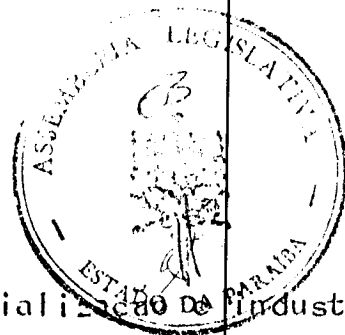

JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


ALOYSIO PEREIRA LIMA
1º Secretário


ANTONIO ROBERTO DE SOUSA PAULINO
2º Secretário

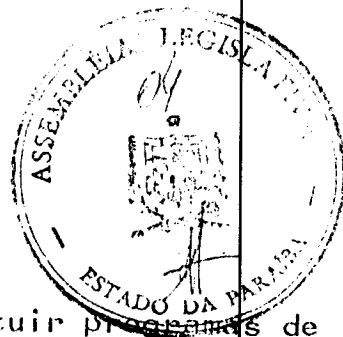


1 - Coordenar a política sisaleira do Estado nos seus diversos as pectos, produção produtividade; infra - estrutura, beneficiamen



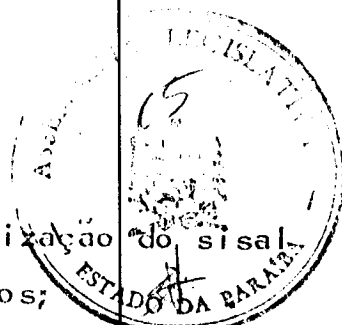
TO, comercialização de industrialização;

- II - Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro do Estado;
- III - Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal na Estado;
- IV - Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura do sisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V - Criar mecanismo que ofereçam espaços com estímulos à exportação da produção da fibra seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI - Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.



VII - Instituir programas de incentivo à cultura do sisal, no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comuns;

- 1 - Diagnóstico sócio - econômico da região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;
- 2 - Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externo para o sisal e seus subprodutos;
- 3 - Desenvolvimento de pesquisas agrônomicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e econômicos;
- 4 - Estímulo à criação de outros centros de demonstração e treinamento de mão - de - obra destinada ao sistema produtivo



e de comercialização do sisal,

seus subprodutos;

5 - Reativação e/ ou criação de cooperativas de produtores;

6 - Colocação do Know - how no mercado interno e externo, invertendo os recursos provenientes destas ações em função do desenvolvimento da própria instituição;

7 - O centro de pesquisas e tecnologia do sisal C.P.T.S., deverá ser instalado na sede do Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação do programa, poderão advir de convênios firmados entre Governo do Estado e Governo Federal, e das agências financiadoras de ciência e tecnologia, nacionais e internacionais.

Art. 4º - O Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/PB- será constituído de treze membros, a saber:

a) membros permanentes, em número de sete.

b) membros temporários, em número de dez.

I - São membros permanentes os titulares das secretarias de estado a seguir nomeados, enquanto no exercício do cargo:

II - O Secretário da Agricultura; que será seu Presidente.

III - O Secretário do Planejamento;

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



IV - O Secretário da irrigação e recursos hídricos;

V - O Secretário de Minas e Energias.

VI - O Secretário de Serviços Sociais.

VII - O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;

VIII - O Secretário de Finanças.

2º- São membros temporários, todos com o mandato de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios próprios, juntamente com os respectivos suplentes;

I - Um representante da Universidade Federal - UFPB;

II - O Presidente da EMATER - PB;

III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado da Paraíba - FETAG

IV - O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;

V - O Presidente da Associação dos Produtores de Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;

VI - Um representante da Previdência Rural;

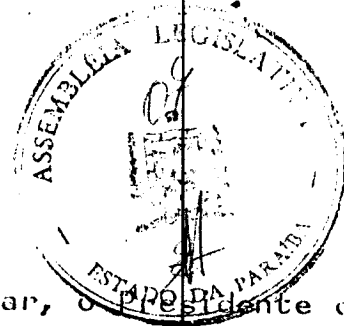
VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba;

VIII - O Presidente da FUNDAP;

IX - Um representante da EMBRAPA;

X - Um representante das Cooperativas da Paraíba.

3º- Os membros permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.



4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituo legal.

Artigo 5º - As deliberações ou recomendações do Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compões, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo primeiro - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimentos consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo segundo - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

Artigo 6º - No interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.

Artigo 7º - Os membros do Conselho não receberão quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada de relevante interesse para o Estado.

Artigo 8º - O Banco do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro do Estado.



Artigo 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra-estrutura social dos municípios produtores de sisal, a ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas descentralizadas.

Artigo 11º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repasse ou convênios do ou com o Governo Federal para investimento na infra-estrutura social do Estado.

Artigo 12º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisa, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus derivados e subprodutos.

Artigo 13º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno à aprovação do Governador do Estado.

Artigo 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1987.

DEPUTADO ANTÔNIO MEDEIROS DANTAS (PMDB)



Registrado no Livro de Precatórios
às Fls. 13 Sob Nº 13/87
EM, 05 / 05 / 19 87
[Signature]

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 06/05/87
de 19.....
EM / / 19

1º SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.
EM, 06 / 05 / 19 87

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em / / 19

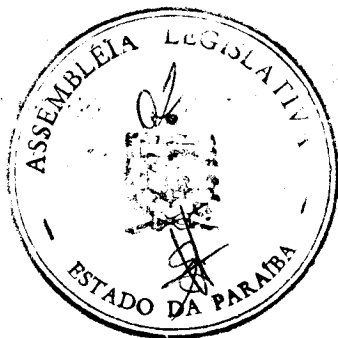
1º SECRETÁRIO

NO EXPEDIENTE DO DIA

04 de 05 de 1987

En 30 del 04 de 1987

N.º SECRETÁRIO



Estadual do Sisal - CONSISAL/PB.

PROJETO DE LEI Nº

Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SISAL-CONSISAL/PB, O CENTRO DE PESQUISAS E TECNOLOGIA DO SISAL = CPTS, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado o Conselho

Parágrafo único - São órgãos do
selho:

- I - A Presidência;
- II - O Plenário;
- III - A Secretaria Executiva, que dará o apoio técnico - científico e administrativo ao Conselho.

Art. 2º. - O Conselho terá a sua sede na Capital do Estado e reunir-se-á na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, trimestralmente, em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes.

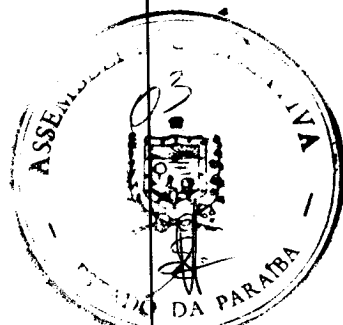
Parágrafo único - Por convocação o seu Presidente, o Conselho poderá reunir-se em qualquer outro local do Estado para discutir assuntos de relevante interesse da cultura do sisal.

Art. 3º. - Ao Conselho Estadual do
Sisal-CONSISAL/PB., vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimen
to, compete:

- 1 - Coordenar a política sisaleira do Estado nos seus diversos aspectos, produção produtividade, infra - estrutura, beneficiamen

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



TO, comercialização e Industria
lização;

- II - Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro do Estado;
- III - Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal na Estado;
- IV - Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura dsisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V - Criar mecanismo que oferecam espaços com estímulos à exportação da produção da fibras seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI - Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.



VII - Instituir programas de incentivo à cultura do sisal no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comum;

- 1 - Diagnóstico sócio - econômico da região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;
- 2 - Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externo para o sisal e seus subprodutos;
- 3 - Desenvolvimento de pesquisas agrônomicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e econômicos;
- 4 - Estímulo à criação de outros centros de demonstração e treinamento de mão - de - obra destinada ao sistema produtivo



e de comercialização do sisal
seus subprodutos;

5 - Reativação e/ ou criação de
cooperativas de produtores;

6 - Colocação do Know - how no mer-
cado interno e externo, inver-
tendo os recursos provenien-
tes destas ações em função do
desenvolvimento da própria ins-
tituição;

7 - O centro de pesquisas e tecno-
logia do sisal C.P.T.S., deve-
rá ser instalado na sede do
Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação do
programa, poderão advir de convên-
nios firmados entre Governo do Es-
tado e Governo Federal, e das a-
gências financiadoras de ciência
e tecnologia, nacionais e interna-
cioanis.

Art. 4º. - O Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/PB-
será constituído de treze membros, a sa-
ber:

- a) membros permanentes, em número de sete.
- b) membros temporários, em número de dez.

I - São membros permanentes os titulares
das secretarias de estado a seguir no-
meados, enquanto no exercício do cargo:

II - O Secretário da Agricultura; que será
seu Presidente.

III - O Secretário do Planejamento;

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



IV - O Secretário da irrigação e recursos hídricos;

V - O Secretário de Minas e Energias.

VI - O Secretário de Serviços Sociais.

VII - O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;

VIII - O Secretário de Finanças.

2º- São membros temporários, todos com o mandato de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios próprios, juntamente com os respectivos suplentes;

I - Um representante da Universidade Federal - UFPB;

II - O Presidente da EMATER - PB;

III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado da Paraíba - FETAG

IV - O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;

V - O Presidente da Associação dos Produtores de Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;

VI - Um representante da Previdência Rural;

VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba;

VIII - O Presidente da FUNDAP;

IX - Um representante da EMBRAPA;

X - Um representante das Cooperativas da Paraíba.

3º- Os membros permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



Artigo 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra-estrutura social dos municípios produtores de sisal, a se ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas descentralizadas.

Artigo 11º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repasse ou convênios do ou com o Governo Federal para investimento na infra-estrutura social do Estado.

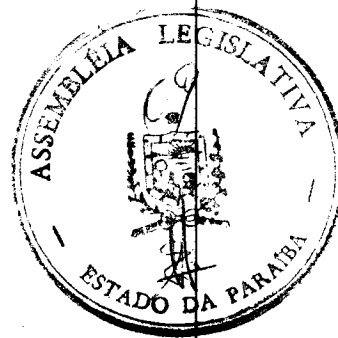
Artigo 12º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisa, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus derivados e subprodutos.

Artigo 13º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno à aprovação do Governador do Estado.

Artigo 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1987.

DEPUTADO ANTÔNIO MEDEIROS DANTAS (PMDB)



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 18 Sob No 18/87

EM 05 / 05 / 19 87

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 06/05/87
de 19 _____

EM _____ / _____ / 19 _____

1º SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

EM 06 / 05 / 19 87

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em _____ / _____ / 19 _____

1º SECRETÁRIO

RECEBI

Recebi, nesta data, o presente projeto de
Lei N° 18/87

Em 06 de Maio de 19 87

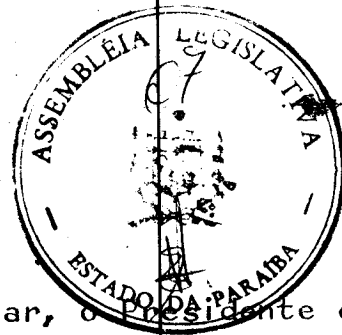
[Assinatura]
Dr.ª Suelly Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas

REMESSA

Remetido nesta data ao Sr. Presidente
da Comissão de Legislação

Em 06 de Maio de 19 87

[Assinatura]
Dr.ª Suelly Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas



4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituo legal.

Artigo 5º - As deliberações ou recomendações do Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compõem, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo primeiro - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimentos consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo segundo - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

Artigo 6º - No interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.

Artigo 7º - Os membros do Conselho não receberão quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada de relevante interesse para o Estado.

Artigo 8º - O Banco do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro do Estado.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO GOVERNO

Ofício SG/486/87

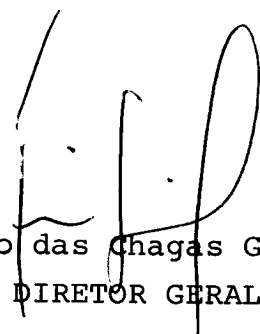
João Pessoa, 11 de dezembro de 1987

Ar. Expediente
E 16/12/987

Senhor Presidente

De ordem do Senhor Secretário do Governo, encaminho a V. Exa., para os fins constitucionais, o anexo Projeto de Lei nº 18/87, que "Cria o Conselho Estadual do Sisal - CONSISAL - PB, o Centro de Pesquisas e Tecnologia do Sisal - CPTS, e dá outras providências", vetado integralmente pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

Colho o ensejo, para renovar-lhe meus protestos de elevada consideração e respeito.


Francisco das Chagas Gil Messias
DIRETOR GERAL

Exmo. Sr.

Deputado José Fernandes de Lima

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N E S T A

Consta do Expediente
Em 02/01/1988
DIR. DEF. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Remetido ao Subs. Leg. d. 1.10
Em 02/01/1988
DIR. DEF. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO



VETO INTEGRAL

No uso das atribuições que me concede o art. 60, ítem IV, da Constituição do Estado, VETO, integralmente, o Projeto de Lei nº 18/87, que "Cria o Conselho Estadual do Sisal (CONSISAL/PB), o Centro de Pesquisas e Tecnologia do Sisal (CPTS), e dá outras providências", tendo em vista sua inconstitucionalidade, face ao que dispõe o ítem II, do art. 30, da Constituição do Estado.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR



PROJETO DE LEI Nº 18/87

Entrada: 28/10/87
Prazo: 18/11/87

Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SI
SAL-CONSISAL/PB, O CENTRO DE PESQUISAS
E TECNOLOGIA DO SISAL - CPTS, e dá ou
tras providências.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual do
Sisal - CONSISAL/PB.

Parágrafo único - São órgãos do Conselho:

- I - A Presidência;
- II - O Plenário;
- III - A Secretaria Executiva, que dará o apoio 'técnico-científico e administrativo ao Conselho.

Art. 2º - O Conselho terá a sua sede na Capital do Estado e reunir-se-á na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, trimestralmente, em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Por convocação o seu Presidente, o Conselho poderá reunir-se em qualquer outro local do Estado para discutir assuntos de relevante interesse da cultura do sisal.

Art. 3º - Ao Conselho Estadual do Sisal- CONSISAL/PB, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, compete:

- I - Coordenar a política sisaleira do Estado nos seus diversos aspectos, produção, produtividade, infra-estrutura, beneficiamen-



to, comercialização e industrialização;

- II- Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro do Estado;
- III- Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal no Estado;
- IV- Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura do sisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V- Criar mecanismo que ofereçam espaços com estímulos à exportação da produção da fibra, seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI- Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.
- VII- Instituir programas de incentivo à cultura do sisal no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comum;
- I - Diagnóstico sócio-econômico da região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito



das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;

- 2- Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externo para o sisal e seus subprodutos;
- 3- Desenvolvimento de pesquisas agrônomicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e econômicos;
- 4- Estímulo a criação de outros centros de demonstração e treinamento de mão-de-obra destinada ao sistema produtivo e de comercialização do sisal e seus subprodutos;
- 5- Reativação e/ou criação de cooperativas de produtores;
- 6- Colocação do Know-how no mercado interno e externo, invertendo os recursos provenientes destas ações em função do desenvolvimento da própria instituição;
- 7- O centro de pesquisas e tecnologia do sisal C.P.T.S. , deverá ser instalado na sede do Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação do programa, poderão advir de convênios firmados entre Governo do Estado e Governo Federal, e das agências financiadoras de ciência e tecnologia, nacionais e internacionais.



Art. 4º - O Conselho Estadual do Sisal- CONSISAL/
PB - será constituído de treze membros, a saber:

- a) membros permanentes, em número de sete.
- b) membros temporários, em número de dez.

1º - São membros permanentes os titulares das se
cretarias de estado a seguir nomeados, enquanto no exercício do
cargo.

- I - O Secretário da Agricultura; que será seu
Presidente;
- II - O Secretário do Planejamento;
- III - O Secretário da Irrigação e Recursos Hídri-
cos;
- IV - O Secretário de Minas e Energias;
- V - O Secretário de Serviços Sociais;
- VI - O Secretário da Indústria, Comércio e Turis-
mo;
- VII - O Secretário de Finanças.

2º - São membros temporários, todos com o manda-
to de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos
e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios
próprios, juntamente com os respectivos suplentes.

- I - Um representante da Universidade Federal -
UFPB;
- II - O Presidente da EMATER - PB;
- III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores
na Agricultura do Estado da Paraíba- FETAG;
- IV - O Presidente da Federação das Indústrias do
Estado da Paraíba;
- V - O Presidente da Associação dos Produtores de
Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;



- VI - Um representante da Previdência Rural;
- VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba;
- VIII - O Presidente da FUNDAP;
- IX - Um representante da EMBRAPA;
- X - Um representante das Cooperativas da Paraíba.

3º - Os membros Permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.

4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e Abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituto legal.

Art. 5º - As deliberações ou recomendações do Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compõem, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo 1º - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo 2º - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

Art. 6º - No interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.



Art. 7º - Os membros do Conselho não receberão ' quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada do relevante interesse para o Estado.

Art. 8º - O Banco do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro ' do Estado.

Art. 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra-estrutura social dos municípios produtores de sisal, a ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas descentralizadas.

Art. 10º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repagse ou convênios do ou com o Governo Federal para investimento na infra-estrutura social do Estado.

Art. 11º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisas, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus derivados e subprodutos.

Art. 12º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno à aprovação do Governador do Estado.



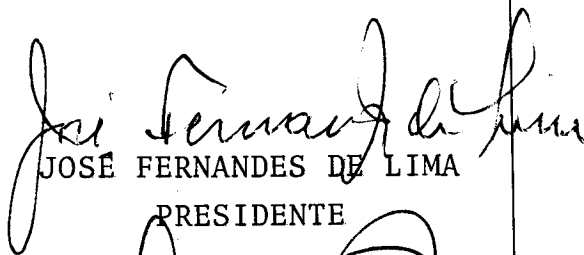
Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

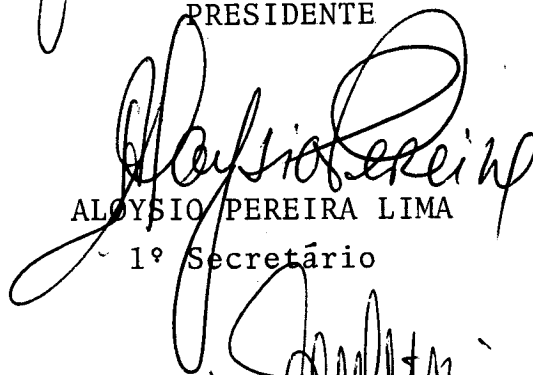
Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de outubro de 1987.

V E T O

EM 11/12/87

GOVERNADOR


JOSE FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


ALOYSIO PEREIRA LIMA
1º Secretário


ANTONIO ROBERTO DE SOUSA PAULINO
2º Secretário

AO EXPEDIENTE DO DIA

04 de 05 de 1987

Em 30 de 04 de 1987

José Luciano Calvi
1.º SECRETÁRIO



Estadual do Sisal - CONSISAL/PB.

PROJETO DE LEI Nº

18/87

Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SISAL-CONSISAL/PB, O CENTRO DE PESQUISAS E TECNOLOGIA DO SISAL = CPTS, e dá outras providências.

Art. 1º. - Fica criado o Conselho

Parágrafo único - São órgãos do selho:

- I - A Presidência;
- II - O Plenário;
- III - A Secretaria Executiva, que dará o apoio técnico - científico e administrativo ao Conselho.

Art. 2º. - O Conselho terá a sua sede na Capital do Estado e reunir-se-á na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, trimestralmente, em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Por convocação o seu Presidente, o Conselho poderá reunir -se em qualquer outro local do Estado para discutir assuntos de relevante interesse da cultura do sisal.

Art. 3º. - Ao Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/PB., vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, compete:

- I - Coordenar a política sisaleira do Estado nos seus diversos aspectos, produção produtividade, infra - estrutura, beneficiamento

Constou no Expediente

Em

09 maio 1984

DIR. DEP. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Remetido ao Subs. Legislativo

Em

09 maio 1984

DIR. DEP. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

pt. 12 - Fica criado o Conselho

de Regulação - Conselho

de

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

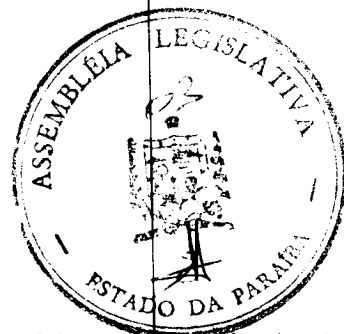
de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

de Regulação - Conselho

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



TO, comercialização e industrialização;

- II - Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro do Estado;
- III - Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal no Estado;
- IV - Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura do sisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V - Criar mecanismo que ofereçam espaços com estímulos à exportação da produção da fibra seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI - Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



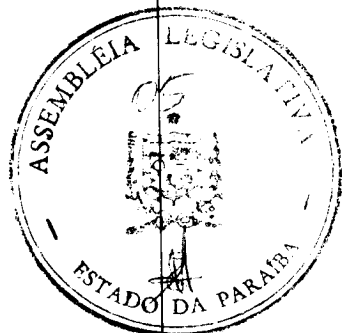
VII - Instituir programas de incentivo à cultura do sisal no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comum;

1 - Diagnóstico sócio - econômico da região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;

2 - Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externo para o sisal e seus subprodutos;

3 - Desenvolvimento de pesquisas agrônomicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e econômicos;

4 - Estímulo à criação de outros centros de demonstração e treinamento de mão - de - obra destinada ao sistema produtivo



e de comercialização do sisal
seus subprodutos;

- 5 - Reativação e/ ou criação de cooperativas de produtores;
- 6 - Colocação do Know - how no mercado interno e externo, invertendo os recursos provenientes destas ações em função do desenvolvimento da própria instituição;
- 7 - O centro de pesquisas e tecnologia do sisal C.P.TTS., deverá ser instalado na sede do Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação do programa, poderão advir de convênios firmados entre Governo do Estado e Governo Federal, e das agências financiadoras de ciência e tecnologia, nacionais e internacionais.

Art. 4º. - O Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/PB- será constituído de treze membros, a saber:

- a) membros permanentes, em número de sete.
- b) membros temporários, em número de dez.

1º

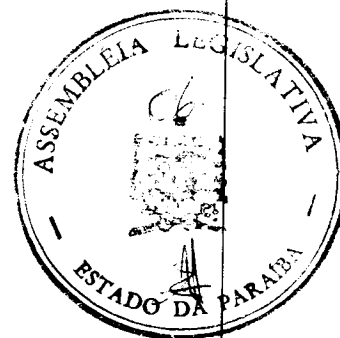
● - São membros permanentes os titulares das secretarias de estado a seguir nomeados, enquanto no exercício do cargo:

I ● - O Secretário da Agricultura, que será seu Presidente.

II ● - O Secretário do Planejamento;

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



III - O Secretário da irrigação e recursos hídricos;

IV - O Secretário de Minas e Energias.

V - O Secretário de Serviços Sociais.

VI - O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;

VII - O Secretário de Finanças.

2º - São membros temporários, todos com o mandato de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios próprios, juntamente com os respectivos suplentes;

I - Um representante da Universidade Federal - UFPB;

II - O Presidente da EMATER - PB;

III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores ^{na Agricultura} do Estado da Paraíba - FETAG

IV - O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;

V - O Presidente da Associação dos Produtores de Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;

VI - Um representante da Previdência Rural;

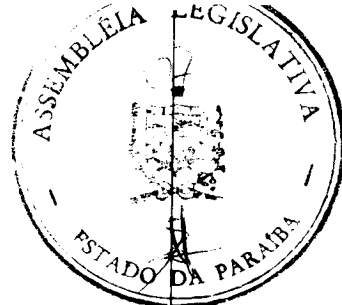
X VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba;

VIII - O Presidente da FUNDAP;

IX - Um representante da EMBRAPA;

X - Um representante das Cooperativas da Paraíba.

3º - Os membros permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.



4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituo legal.

Artigo 5º - As deliberações ou recomendações do Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compõem, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo primeiro - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimentos consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo segundo - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

Artigo 6º - No interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.

Artigo 7º - Os membros do Conselho não receberão quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada de relevante interesse para o Estado.

Artigo 8º - O Banco do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro do Estado.

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



Artigo 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra - estrutura social dos municípios produtores de sisal, a se ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas ' descentralizadas.

Artigo 10º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repasse ou convênios ou com o Governo Federal para investimento na infra-estrutura social do Estado.

Artigo 11º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisa, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus deriva dos e subprodutos.

Artigo 12º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno á aprovação do Governador do Estado.

Artigo 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1987.

DEPUTADO ANTÔNIO MEDEIROS DANTAS (PMDB)

Aprovado em 15/10/87 Discussão

EM 15/10/87

1º SECRETARIO

Aprovado o Projeto Em 29/10/87

Discussão, Dispensado de 3ª

a Pedido do Deputado AUTOR

EM 20/10/87

1º SECRETARIO

Providenciado e
revisado. Fim do
o. Palácio em 28.10.87



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 18/87

EMENTA: Cria O CONSELHO ESTADUAL DO SISAL -
CONSISAL - PB, O Centro de Pesquisas'
e Tecnologia do SISAL e dá outras pro
vidências.

AUTOR: O DEPUTADO ANTÔNIO MEDEIROS DANTAS

RELATOR: O DEPUTADO WALDIR BEZERRA

P A R E C E R

Por intermédio do Projeto de Lei nº 18/87 ,
propõe S. Excia., o Deputado Antônio Medeiros Dantas que esta Casa'
Legislativa aprove "a criação na Paraíba, do Conselho Estadual do Si
sal - CONSISAL - Pb, o Centro de Pesquisas e Tecnologia do Sisal".

A cultura do Sisal na Paraíba, em que pese'
sua importância sócio-econômica, dado que emprega direta e indireta-
mente 470 mil paraibanos, vem nos últimos anos, em face da ausência'
de algum órgão do governo a proteger a cultura do Sisal, sendo que '
esta cultura já se encontra quase que abandonada pelo produtor.

De tempos em tempos os industriais do Sisal,
ameaçados em seus lucros quando algum fenômeno internacional tais co
mo a concorrência da fibra sintética, o subsídio por parte dos gover
nos (mexicano), o aperfeiçoamento das técnicas de amarração, conse
guem medidas protecionistas do governo brasileiro, contudo o produ
tor, uma vez que não tem proteção de ninguém, só tem uma saída: aban
donar a cultura.

Recentemente a Paraíba que é o 2º produtor'
e a Bahia como 1º produtor brasileiros, em Seminário realizado em Sal
vador - BA, concluíram que dentre as medidas a serem assumidas com o
objetivo de defesa da cultura do Sisal, seria a criação de órgãos na
Bahia e na Paraíba, denominados CONSISAL - Conselho Estadual do Si
sal, uma vez que o da Bahia já foi criado, e o da Paraíba necessita'
urgentemente de sua criação.

Portanto, após analisarmos os aspectos cons
titucional, jurídico e legal, esta Comissão entende que a matéria em
epígrafe não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional, moti
vo pelo qual somos pela aprovação do Projeto de Lei em tela, na
sua forma original.

É o Parecer.

Sala da Comissão, 01 de Outubro de 1987.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

- 02 -

Sala da Comissão, 01 de Outubro de 1987.

Antonio Valdeir Lyena Campesato

PRESIDENTE E RELATOR

Idalberto
MEMBRO

Josivan Calix
MEMBRO

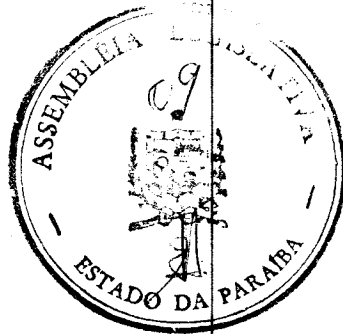
Amely
MEMBRO

Assis
MEMBRO

Aprovado o Parecer em
discussão única.

Em 14/10/87

[Signature]
1.º SECRETÁRIO



Registrado no Livro de Plenário
às Fis. 18 Sob No 13/87
EM, 05 / 05 / 19 87

Publicado no Diário do
Legislativo do Dia 16/05/87
de 9
EM, _____ / _____ / 19 _____

SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

EM, 06 / 05 / 19 87

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em _____ / _____ / 19 _____

1º SECRETÁRIO

RECEBI

Recebi, nesta data, o presente projeto de
Lei N.º 18/87.

Em, 06 de maio de 19 87

Dr.ª Suetty Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas

REMESSA

Remetido nesta data ao Sr. Presidente
da Comissão de Justiça

Em 06 de maio de 19 87

Dr.ª Suetty Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas

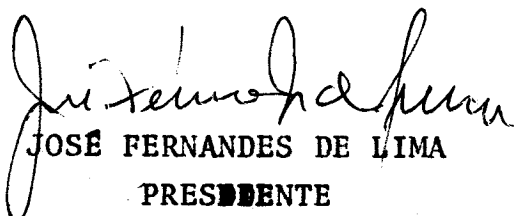
GP/Ofício nº 489/87
ejs.

Em 21 de outubro de 1987.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins Constitucionais o Projeto de Lei nº 18/87, aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão realizada no dia 20 do corrente, o qual "Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SISAL-CONSISAL/PB, o CENTRO DE PESQUISAS E TECNOLOGIA DO SISAL - CPTS, e dá outras providências".

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.


JOSE FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Dr. TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Despachos
N E S T A /



PROJETO DE LEI Nº 18/87

Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SI
SAL-CONSISAL/PB, O CENTRO DE PESQUISAS
E TECNOLOGIA DO SISAL - CPTS, e dá ou
tras providências.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual do
Sisal - CONSISAL/PB.

Parágrafo único - São órgãos do Conselho:

- I - A Presidência;
- II - O Plenário;
- III - A Secretaria Executiva, que dará o apoio 'técnico-científico e administrativo ao Conselho.

Art. 2º - O Conselho terá a sua sede na Capital do Estado e reunir-se-á na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, trimestralmente, em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Por convocação o seu Presidente, o Conselho poderá reunir-se em qualquer outro local do Estado para discutir assuntos de relevante interesse da cultura do sisal.

Art. 3º - Ao Conselho Estadual do Sisal- CONSISAL/PB, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, compete:

- I - Coordenar a política sisaleira do Estado 'nos seus diversos aspectos, produção, produtividade, infra-estrutura, beneficiamen-



to, comercialização e industrialização;

- II- Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro do Estado;
- III- Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal no Estado;
- IV- Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura do sisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V- Criar mecanismo que ofereçam espaços com estímulos à exportação da produção da fibra, seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI- Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.
- VII- Instituir programas de incentivo à cultura do sisal no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comuns;
- I - Diagnóstico sócio-econômico da Região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito



das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;

- 2- Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externos para o sisal e seus subprodtos;
- 3- Desenvolvimento de pesquisas agrônômicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e ecônômicos;
- 4- Estímulo à criação de outro centros de demonstração e treinamento de mão-de-obra destinada ao sistema produtivo e de comercialização do sisal e seus subprodtos;
- 5- Reativação e/ou criação de cooperativas de produtores;
- 6- Colocação do Know -how no mercado interno e externo, invertendo os recursos provenientes destas ações em função do desenvolvimento da própria instituição;
- 7- O centro de pesquisas e tecnologia do sisal C.P.T.S. , deverá ser instalado na sede do Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação' do programa, poderão advir de convênios firmados entre Governo do Estado e Governo Federal, e das agências financiadoras de ciência e tecnologia, nacionais e internacionais.



Art. 4º - O Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/
PB - será constituído de treze membros, a saber:

- a) membros permanentes, em número de sete.
- b) membros temporários, em número de dez.

1º - São membros permanentes os titulares das secretarias de estado a seguir nomeados, enquanto no exercício do cargo;

- I - O Secretário de Agricultura; que será seu Presidente;
- II - O Secretário do Planejamento;
- III - O Secretário de Irrigação e Recursos Hídricos;
- IV - O Secretário de Minas e Energias;
- V - O Secretário de Serviços Sociais;
- VI - O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;
- VII - O Secretário das Finanças.

2º - São membros temporários, todos com mandato de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios próprios, juntamente com os respectivos suplentes.

- I-- Um representante da Universidade Federal da UFPB;
- II - O Presidente da EMATER - PB;
- III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores' na Agricultura do Estado da Paraíba- FETAG;
- IV - O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;
- V - O Presidente da Associação dos Produtores de Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;



- VI - Um representante da Previdência Rural;
- VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba;
- VIII - O Presidente da FUNDAP;
- IX - Um representante da EMBRAPA;
- X - ~~Um representante~~ das Cooperativas da Paraíba:

3º - Os membros permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.

4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e Abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituto legal.

Art. 5º - As deliberações ou recomendações do Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compõem, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo 1º - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo 2º - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

Art. 6º - No Interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.



Art. 7º - Os membros do Conselho não receberão quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada de relevante interesse para o Estado.

Art. 8º - O Banno do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro do Estado.

Art. 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra-estrutura social dos municípios produtores de sisal, a ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas descentralizadas.

Art. 10º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repasse ou convênios do ou com o Governo Federal para investimentos na infra-estrutura social do Estado.

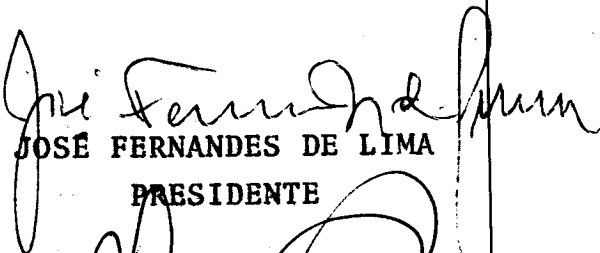
Art. 11º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisas, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus derivados e subprodutos.

Art. 12º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno à aprovação do Governador do Estado.



Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de outubro de 1987.


JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


ALOYSIO PEREIRA LIMA
1º Secretário

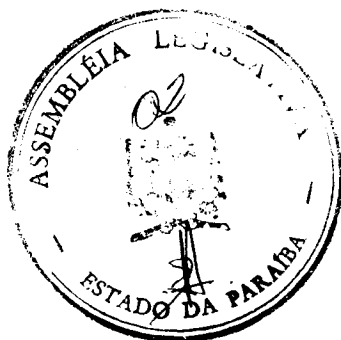

ANTONIO ROBERTO DE SOUSA PAULINO
2º Secretário

AO EXPEDIENTE DO DIA

04 de 05 de 1987

Em 30 de 04 de 1987

[Assinatura]
1.º SECRETÁRIO



Estadual do Sisal - CONSISAL/PB.

PROJETO DE LEI Nº

18/87

Cria o CONSELHO ESTADUAL DO SISAL-CONSISAL/PB, O CENTRO DE PESQUISAS E TECNOLOGIA DO SISAL - CPTS, e dá outras providências.

Art. 1º. - Fica criado o Conselho

Parágrafo Único - São órgãos do selho:

- I - A Presidência;
- II - O Plenário;
- III - A Secretaria Executiva, que dará o apoio técnico-científico e administrativo ao Conselho.

Art. 2º. - O Conselho terá a sua sede na Capital do Estado e reunir-se-á na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, trimestralmente, em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes.

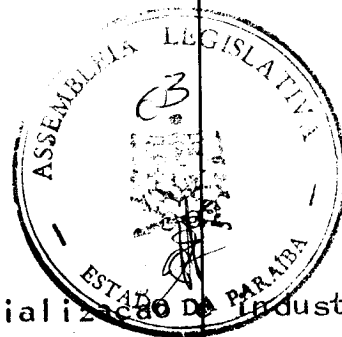
Parágrafo Único - Por convocação o seu Presidente, o Conselho poderá reunir-se em qualquer outro local do Estado para discutir assuntos de relevante interesse da cultura do sisal.

Art. 3º. - Ao Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/PB., vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, compete:

- I - Coordenar a política sisaleira do Estado nos seus diversos aspectos, produção produtividade, infra-estrutura, beneficiamen

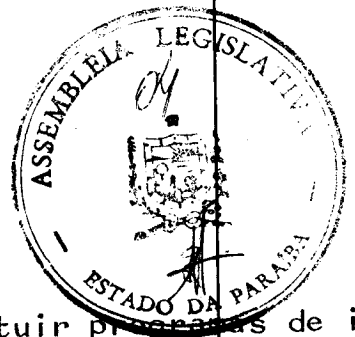
ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



TO, comercialização da industrialização;

- II - Traçar metas que assegurem a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro do Estado;
- III - Manter um constante e permanente relacionamento com as autoridades responsáveis pela política sisaleira, a nível nacional, buscando sempre preservar os interesses da cultura do sisal na Estado;
- IV - Fixar diretrizes voltadas para uma política suplementar permanente de crédito à lavoura do sisal do Estado, nas linhas de investimento e custeio, oferecendo sugestões aos seus agentes financeiros;
- V - Criar mecanismo que ofereçam espaços com estímulos à exportação da produção da fibra seus derivados e subprodutos, mediante o aproveitamento da estrutura portuária existente no Estado;
- VI - Fortalecer as ações de pesquisas, experimentação e assistência técnica, capazes de gerar tecnologias ajustadas à realidade da cultura do Sisal.



VII - Instituir programas de incentivo à cultura do sisal no Estado da Paraíba, viabilizando os estudos e desenvolvimento de pesquisas do sisal e seus produtos mais comum;

- 1 - Diagnóstico sócio - econômico da região sisaleira, para definir e detalhar as estratégias de mobilização para êxito das ações a serem propostas e que resultem na solução dos problemas levantados;
- 2 - Caracterização do atual complexo agroindustrial, visando investigar a organização e a dinâmica dos mercados internos e externo para o sisal e seus subprodutos;
- 3 - Desenvolvimento de pesquisas agrônomicas e tecnológicas objetivando o aproveitamento da potencialidade da biomassa da planta do sisal e seus usos práticos e econômicos;
- 4 - Estímulo à criação de outros centros de demonstração e treinamento de mão - de - obra destinada ao sistema produtivo



e de comercialização do sisal
seus subprodutos;

5 - Reativação e/ ou criação de
cooperativas de produtores;

6 - Colocação do Know - how no mer-
cado interno e externo, inver-
tendo os recursos provenien-
tes destas ações em função do
desenvolvimento da própria ins-
tituição;

7 - O centro de pesquisas e tecno-
logia do sisal C.P.T.S., deve-
rá ser instalado na sede do
Município de Cuité - Pb.

Parágrafo único - Os recursos para implantação do
programa, poderão advir de convên-
nios firmados entre Governo do Es-
tado e Governo Federal, e das a-
gências financiadoras de ciência
e tecnologia, nacionais e interna-
cioanis.

Art. 4º. - O Conselho Estadual do Sisal-CONSISAL/PB-
será constituído de treze membros, a sa-
ber:

- a) membros permanentes, em número de sete.
- b) membros temporários, em número de dez.

I - São membros permanentes os titulares
das secretarias de estado a seguir no-
meados, enquanto no exercício do cargo:

II - O Secretário da Agricultura; que será
seu Presidente.

III - O Secretário do Planejamento;

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



IV - O Secretário da irrigação e recursos hídricos;

V - O Secretário de Minas e Energias.

VI - O Secretário de Serviços Sociais.

VII - O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;

VIII - O Secretário de Finanças.

2º- São membros temporários, todos com o mandato de um ano e direito à recondução, os representantes dos órgãos e instituições a seguir referidos e indicados segundo critérios próprios, juntamente com os respectivos suplentes;

I - Um representante da Universidade Federal - UFPB;

II - O Presidente da EMATER - PB;

III - O Presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado da Paraíba - FETAG

IV - O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;

V - O Presidente da Associação dos Produtores de Sisal do Estado da Paraíba - APRO-SISAL;

VI - Um representante da Previdência Rural;

VII - Um representante da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba;

VIII - O Presidente da FUNDAP;

IX - Um representante da EMBRAPA;

X - Um representante das Cooperativas da Paraíba.

3º- Os membros permanentes do Conselho indicarão os seus respectivos suplentes.



4º - Além do voto singular, o Presidente do Conselho terá o de qualidade, se houver empate em suas decisões internas.*

5º - Na ausência, vaga ou impedimento do Secretário da Agricultura e abastecimento o Conselho será presidido pelo seu substituo legal.

Artigo 5º - As deliberações ou recomendações do Conselho serão executadas pelo Estado, com a participação e colaboração dos Órgãos e Entidades que compões, os quais lhe prestarão apoio técnico-científico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo primeiro - Nos orçamentos futuros do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimentos consignará dotação para o funcionamento do Conselho.

Parágrafo segundo - Por deliberação da maioria, o Conselho poderá convidar outras entidades ou pessoas para participarem dos seus trabalhos, sempre que for necessário ao desempenho de suas atividades, sem direito a voto.

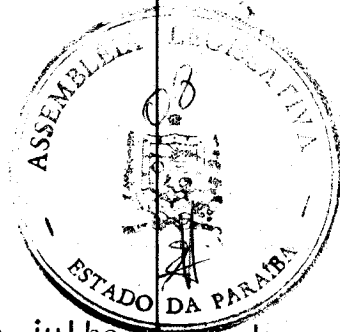
Artigo 6º - No interesse do desenvolvimento da cultura do sisal, o Conselho poderá manter intercâmbio e estabelecer convênios com entidades estatais ou privadas do país ou do exterior.

Artigo 7º - Os membros do Conselho não receberão quaisquer vantagens ou gratificações, sendo sua colaboração considerada da relevante interesse para o Estado.

Artigo 8º - O Banco do Estado da Paraíba S/A adotará em seus programas linhas suplementares de crédito para o custeio e investimento da cultura do sisal e criará programa especial de financiamento para fundação da nova lavoura, em apoio ao pequeno e médio agricultor objetivando a expansão do parque sisaleiro do Estado.

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



Artigo 9º - Até o final do mês de julho de cada ano o Conselho formulará ao Governador do Estado sua proposta para investimento na infra - estrutura social dos municípios produtores de sisal, a se ser incluída no Orçamento do Estado e na programação de suas empresas ' descentralizadas.

Artigo 11º - O Governador do Estado ouvirá sempre o Conselho quando tiver que aplicar recursos oriundos de repasse ou convênios do ou com o Governo Federal para investimento na infra-estrutura social do Estado.

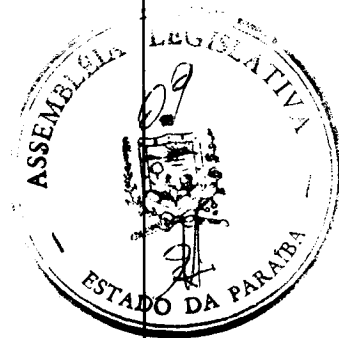
Artigo 12º - O Conselho poderá recomendar ao Governador do Estado medidas da natureza fiscal que objetivem assegurar os interesses da cultura do sisal nos setores de pesquisa, desenvolvimento, produção, industrialização, comercialização e exportação do sisal, seus derivados e subprodutos.

Artigo 13º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho submeterá o seu Regimento Interno à aprovação do Governador do Estado.

Artigo 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1987.

DEPUTADO ANTÔNIO MEDEIROS DANTAS (PMDB)



Registrado no Livro de Plenário/
às Fls. 18 Sob No. 18/87
EM, 05 / 05 / 19 87
[Signature]

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 06/05/87
de 19
EM, _____ / _____ / 19 _____

SECRETÁRIO

À Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

EM, 06 / 05 / 19 87
[Signature]

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em _____ / _____ / 19 _____

1º SECRETÁRIO